

*De uma revolta a outra:  
memória, história e ressentimento  
em Lima Barreto*



Leonidas. *Guerra vaccino-obrigatiza*. 1940 (detalhe).

*Clóvis Gruner*

Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Autor de *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. [clovisgruner@terra.com.br](mailto:clovisgruner@terra.com.br)

## De uma revolta a outra: memória, história e ressentimento em Lima Barreto

*Clóvis Gruner*

### RESUMO

A Revolta da Vacina é lida, neste artigo, a partir da obra de Lima Barreto, contemporâneo ao conflito e que dele colheu impressões que aparecem em diferentes momentos de sua escrita. A intenção é acompanhar a maneira pela qual o motim aparece nos diários do escritor, que registra suas impressões no momento mesmo em que eclodem nas ruas do Rio os conflitos entre populares e as forças do governo e a repressão subsequente ao fim da revolta. Em seguida, procura acompanhar a recriação literária desse episódio em "Recordações do escrivão Isaías Caminha", desta vez metaforizada na resistência de parte da população carioca contra a lei que torna obrigatório o uso de sapatos. O texto pretende apreender, nesse percurso da história à ficção, e da representação da história pela e na ficção, uma tentativa do escritor de, ao atualizar o passado pela escrita literária, buscar nele uma leitura a contrapelo do progresso, sob cujo nome foram excluídos, estigmatizados ou simplesmente aniquilados aqueles considerados perigosos ao projeto modernizador que esse mesmo progresso pretende engendrar. Salva assim, do esquecimento, aquilo e aqueles sobre o que a memória do vencedor, tornada coletiva, silencia.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; literatura; revolta.

### ABSTRACT

*In the present article, the "Revolta da Vacina" is seen through the works of Lima Barreto, who was witness to that conflict, having collected several personal impressions, many of which can be seen throughout his writings. The intention is to follow the way those riots were represented in the writer's diaries, in which he registered his impressions in the same moment the conflicts were happening between the people and the government forces through the streets of Rio de Janeiro, as well as the later repression of the movement. There is also the analysis of the attempt to create a literary representation of the revolt in "Recordações do escrivão Isaías Caminha" where the theme was presented through the use of a metaphor: that of a resistance by the people to follow a law forcing them to wear shoes. The objective of the text is to apprehend, through the path that links history to fiction, the very means of representation that history gets in fictional works and also the way that fiction could and might have been used as a tool to describe history. It appears as an attempt by the author to bring forth the past through literary works, searching in this past for a different way to read the progress responsible for the exclusion or even annihilation of those deemed dangerous to that same progress. And, in so doing, saves from oblivion both things and beings the collective memory of the winners would silence forever.*

**KEYWORDS:** history; literature; revolt.



Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação,  
não é o ator, e sim o narrador, que percebe e “faz” a história.

Hannah Arendt

No dia 26 de janeiro de 1893 a polícia carioca se mobiliza para o que o historiador Sidney Chalhoub definiu como uma “operação de guerra”: a demolição do “Cabeça de Porco”, o mais “célebre cortiço carioca do período”<sup>1</sup>. Sua demolição representa, do ponto de vista da gerência das diferenças e conflitos sociais da cidade pelo poder público, um momento inaugural: depois do “Cabeça de Porco”, a intervenção do Estado com vistas à eliminação de focos perigosos sob a ótica sanitária e da higiene pública torna-se relativamente comum e mesmo justificada. Especialmente em se tratando do Rio de Janeiro, cidade que, por sua condição de capital federal, transformava-se em um centro urbano para onde afluía todo um novo contingente demográfico, originário tanto de outras partes do Brasil quanto do exterior.

As mudanças ocorridas na capital federal inscrevem-se em um processo mais amplo de transformações, que vinham se desenvolvendo pelo menos desde os anos 70 dos oitocentos. As duas décadas que antecedem a proclamação da República são, por assim dizer, de “preparação” para o advento das mudanças que viriam a ser implementadas, muitas delas à força, nas décadas subsequentes. Segundo Herschmann e Pereira, é principalmente a partir da década de 1870 que “assistimos ao desenvolvimento de várias estratégias de construção de um novo ordenamento político-cultural nacional, de uma República capaz de romper com o esquema das oligarquias regionais, consagrando assim, definitivamente, a emergência de uma sociedade urbano-industrial”<sup>2</sup>. A abolição da escravidão, pouco mais de um ano antes do ocaso da monarquia, é um acontecimento emblemático desse processo de constituição e consolidação de novos valores políticos, sociais e culturais. Com o fim do regime escravo, é preciso revestir o trabalho de um caráter positivo e criar nos “homens livres” a noção de que, por ele, se alcançaria a dignidade, a honra e a ascensão social. Associada à idéia de trabalho estão as noções positivistas de “ordem” e “progresso” que, alçadas à condição de lema republicano, sintetizam o desejo, entre as nem tão novas elites, de elevar o Brasil à condição de país civilizado e moderno.

À construção desse projeto civilizador correspondem duas esferas que, embora conceitualmente distintas, são complementares e correspondentes. Primeiro, tratava-se da “modernização” das cidades brasileiras, a começar pela capital, investindo em mudanças significativas no espaço público. Incluem-se aí as reformas urbanas, tais como a patrocinada por Pereira Passos; um melhor aparelhamento policial, tanto humano quanto tecnológico; e políticas mais conseqüentes de higiene pública — uma ação que a imprensa do período denominou “Regeneração”<sup>3</sup>. A estas políticas modernizadoras corresponde um investimento na constituição de novos costumes e sensibilidades, que compõem o quadro do que chamaria aqui,

<sup>1</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15-20.

<sup>2</sup> HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 12.

<sup>3</sup> Ver SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3: República: da Belle Époque à era do rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>4</sup> Ver GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>5</sup> Ver ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 235-246, e HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, *op. cit.*, p. 18-29.

<sup>6</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 42-65.

<sup>7</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de, *op. cit.*, p. 136-138.

assumindo o risco de uma definição por demais precária, de “modernidade”. O imaginário moderno no Brasil é tecido na textura dessas ações que reformam, ou pelo menos pretendem reformar, os mundos material e sensível — e eu insisto na importância de pensar a “modernização” e a “modernidade” não como fenômenos excludentes, mas complementares.<sup>4</sup>

Entre outras características — o apelo à ciência, aos discursos raciais e a um modelo europeu de progresso, por exemplo — o processo modernizador aqui implantado tem como traço fundamental o patrocínio estatal, a centralização política e administrativa e um favoritismo que reforça o caráter excludente do novo regime. De um ponto de vista “ideológico”, pode-se dizer que o novo regime forja para si uma configuração política que apresenta como antípodas dois princípios que lhe são coevos: os liberais e os democráticos. Ao optar pelos primeiros em detrimento dos segundos, políticos e lideranças republicanas aprofundam uma contradição que não inventaram, mas que também não resolveram: no Brasil, os ideais liberais caminham *pari passu* ao aprofundamento das desigualdades políticas e sociais<sup>5</sup>. Trocando em miúdos: a República, que poderia representar uma conquista democrática, afasta as classes populares da participação política, perpetuando a segmentação e o paternalismo imperiais, do qual é herdeira. Em um regime que “exclui” ao invés de “incluir”, a cidadania e o seu exercício são, não raros, tratados como problema de polícia, e não de política. É ao Estado que compete conceder e distribuir direitos; o que significa também que só a ele cabe a prerrogativa de decidir a “quem” e em que “condições” tais e quais direitos serão conferidos — daí o neologismo “estadania”, cunhado por José Murilo de Carvalho.<sup>6</sup>

Ao crescimento da cidade e da presença opressiva e repressiva do Estado, corresponde um aumento dos conflitos e tensões que, se não nascem, se intensificam à medida que o projeto modernizador do Estado — e que incluía, entre outras coisas, a higienização do espaço público — atinge em cheio aqueles grupos postos à margem da modernidade. Órfãos do progresso, aos pobres e desqualificados de todo tipo — jogados todos na vala comum da periculosidade — resta a alternativa da insubmissão e da revolta. E esta explode, violenta, nos primeiros dias de novembro de 1904, como uma reação até certo ponto espontânea da população carioca à lei, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves, que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola, sob encargo do médico Osvaldo Cruz, diretor da Saúde Pública.

A “Revolta da Vacina”, como se tornou conhecida, não durou mais que um punhado de dias — as primeiras agitações eclodem no dia 10 de novembro; os comícios, manifestações e combates entre populares e militares prosseguem até o dia 16, quando as forças da ordem sufocam o movimento. A repressão do governo é rápida e eficaz: não se sabe ao certo quantos foram os mortos, mas sabe-se que foram muitos, como muitos foram os deportados para o Acre durante o estado de sítio que se seguiu ao fim da Revolta. Dela, aliás, já se disse que foi “a revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada”, e que o inimigo dos populares que tomaram de assalto as ruas do Rio naqueles dias conturbados não era tanto a vacina, mas o governo e a República<sup>7</sup>. Para Nicolau Sevcenko, ela foi “um grito, uma



convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação” que “não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada”; para o historiador paulista, a reação popular não foi tanto “contra a vacina, mas contra a história”<sup>8</sup>. Em trabalho já citado, Chalhoub propõem uma abordagem que pretende inscrever a vacina no “contexto de uma tradição popular de resistência a iniciativas do poder público”<sup>9</sup>. Entender o contexto em que emerge a revolta, segundo Chalhoub, implica seguir a própria trajetória da política de vacinação no Brasil, centenária à época da insurreição de 1904.

### A revolta íntima

Nos dias da Revolta e nos que se seguiram a ela, Lima Barreto sai pouco de casa. Em pleno estado de sítio, com a perseguição aos revoltosos recrudescendo, não era recomendável a um mulato suburbano circular livremente pela cidade. Por precaução, guarda até mesmo seu diário, onde registra suas primeiras impressões das agitações e da repressão subsequente, que acompanhou de sua trincheira no subúrbio de Todos os Santos: “Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil”, escreve<sup>10</sup>. A maneira como Lima Barreto aborda em seu diário a Revolta da Vacina já deixa transparecer a postura ética que mais tarde — ele contava então 22 anos de idade — caracterizaria o escritor. Na contramão de boa parte da imprensa do período, para quem a Revolta era fruto da ignorância do populacho, manipulado pelo oportunismo de políticos de oposição ou pela sanha destruidora dos anarquistas, Lima é solidário desde logo aos revoltosos: “Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defende-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar. Pela primeira vez, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais”<sup>11</sup>.

Sua solidariedade denuncia também a atitude crítica que ele nutria pela República, fruto de seu desencanto com um regime que aborta, já em seus primeiros anos, algumas de suas mais significativas promessas. Essa perspectiva crítica, ele a desenvolverá ao longo de toda a sua obra, mais notadamente em *Triste fim de Policarpo Quaresma* e na grande sátira à república brasileira que é *Os bruzundangas*. Mas é interessante observar como, anos antes da composição destes dois romances, Lima está já a gestar sua apreciação cética e irônica do novo regime. Resguardado pelos segredos de uma escrita que não se pretende direcionado ao outro, mas ao “si mesmo” tornado “outro”<sup>12</sup>, o então aspirante a escritor tece uma reflexão crítica sobre o motim onde se mesclam seus posicionamentos políticos, a esta altura já claramente direcionados a uma aproximação com o movimento e as idéias libertárias, e a maneira como se percebe e se representa: “mulato” em um país que despreza a herança e a cultura negras; funcionário público em um Estado que, para além da hierarquia e da burocracia, é movido a apadrinhamentos políticos os mais diversos; escritor que aspira ao reconhecimento em uma “república das letras” que alça à fama alguns poucos, condenando outros tantos ao limbo e ao esquecimento.

Esta tensão de que resulta a apropriação pela esfera privada, íntima até, de um conflito gerado no espaço público, atravessa grande parte da

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993, p. 67 e 83, respectivamente.

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney, *op. cit.*, p. 97-102.

<sup>10</sup> BARRETO, Lima. Diário íntimo. In: *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 1223. Todas as citações da obra de Lima Barreto contidas neste texto remetem a esta edição.

<sup>11</sup> BARRETO, Lima, *op. cit.*, p. 1222.

<sup>12</sup> MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp/Editora da UFMG, 1992, p. 25-41.

<sup>13</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 62.

<sup>14</sup> Cf. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 15-36.

<sup>15</sup> Ver CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003, p. 39-50.

<sup>16</sup> Cf. VECCHI, Roberto. A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia, *op. cit.*, p. 457-469.

<sup>17</sup> Cf. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 101-131.

<sup>18</sup> BARRETO, Lima, *op. cit.*, p. 1223.

obra limiana, marcada por um ressentimento que, diante das vicissitudes do presente e do futuro que este anuncia, muitas vezes busca no passado um consolo possível. Ressentimento que não se confunde com o ódio puro e simples, mas que resulta de sentimentos mais intrincados e complexos. Nietzsche afirmou que os ressentimentos estavam ligados tanto à impossibilidade de esquecer as injustiças e humilhações sofridas, quanto a um incontido desejo de vingança, alimentado pela interiorização e posterior denegação do ódio, metamorfoseado no que definiu como a sacralização da “vingança” sob o nome de “justiça”<sup>13</sup>. À abordagem nietzschiana, seria preciso avançar ainda um pouco mais, sem no entanto abandoná-la completamente, para pensar a sensibilidade ressentida fora dos liames a que o filósofo alemão pareceu querer circunscrevê-la, a saber, a da moral dos escravos, dos fracos e vencidos. Penso-a na obra de Lima como expressão de uma sensibilidade humilhada e frustrada em seus projetos e desejos<sup>14</sup>, mas nem por isso fadada ao imobilismo e à resignação. Pessoalmente, acredito que é este ressentimento o ingrediente de onde ele extrai o sumo de sua inquietação e de sua revolta. Recusando-se a representar o papel de vítima, ele faz da “sua mágoa uma investida, não um isolamento”, no dizer de Antonio Candido<sup>15</sup>. Ao escritor e à literatura competem, então, uma visada crítica que tem no presente seu objeto privilegiado: é preciso denunciar o mito e a metáfora em que transformaram o Brasil os mandatários da República; mito e metáfora que, por detrás do ufanismo nacionalista e do elogio ao progresso, encobrem a desigualdade, a injustiça, a arrogância, o racismo — a violência, enfim, a violência física e a simbólica, principalmente a simbólica<sup>16</sup>, exercidas pelo Estado.

Ora, este movimento de constituição de um “eu” revoltado e tenso, não se faz deliberadamente, mas resulta de um processo de interiorização do fora e sua ressignificação pelo dentro, aquilo que Deleuze, a partir de Foucault, denominou de “dobra”, componente fundamental no processo de constituição das subjetividades modernas<sup>17</sup>. No caso de Lima Barreto, a escrita do diário serve como mediadora da relação do escritor com o universo político e institucional da Primeira República. Através dela o escritor significa o mundo em que vive, este “fora” contra o qual se insurge, tecendo pela narrativa íntima uma revolta que ao mirar a esfera pública, desdobra-se na própria construção de sua identidade pessoal; esta por sua vez, retroalimenta o espaço público no momento em que, servindo de suporte à ficção romanesca de Lima, excede sua função primeira, publicizando uma revolta gerada na esfera íntima e privada.

Esta relação dialética entre sentimentos e revoltas de resto complexos e controversos, aparece de forma notável nos depoimentos do escritor sobre os dias que se seguiram à vitória militar sobre a Revolta da Vacina e a repressão que se abate sobre parte da população do Rio, quando o governo decreta o estado de sítio:

*Eis a narrativa do que se fez no sítio de 1904. A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Aí, violentamente, humilhanamente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente. Eis o que foi o terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o do Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau.*<sup>18</sup>

A denúncia da repressão e da violência do governo, que se fazia supostamente às escondidas, o escritor a retoma em outra nota: “Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre”. E com um toque de mordacidade que acusa a continuidade da política escravista em plena República liberal e burguesa, registra: “Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a esta história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos”.<sup>19</sup>

A ironia destas passagens é reveladora de uma aguda sensibilidade política, capaz de apreender, em meio aos discursos e práticas do novo regime, tanto a permanência dos ranços autoritários do Império, quanto os novos procedimentos de controle exercidos pelo Estado republicano, legitimados pelo recurso à “ciência”. A obrigatoriedade da vacinação, entre outras ações que pretendem higienizar, modelar, civilizar o espaço urbano, é característica de um tempo que em nome do progresso destrói tradições, esgarça os laços sociais, segrega e exclui pobres e indesejáveis às margens, estigmatizando-os. Trata-se de um duplo exercício do poder, que incide tanto sobre o indivíduo, disciplinando-o, docilizando-o e tornando-o útil e produtivo, quanto sobre a população, regulamentando seus espaços, hábitos, costumes, instituindo códigos e normas de conduta. Em ambos, o corpo é o objeto privilegiado — corpo individualizado, limpo, vacinado, calçado; corpo social, segmentado, vigiado e higienizado.<sup>20</sup>

Mas há uma segunda maneira de interpretá-las, e não menos importante. De um ponto de vista narrativo, estas passagens podem ser lidas como uma escrita seminal, uma espécie de gestação de uma outra narrativa, a ficcional, que se utiliza da memória para, não apenas tecer, mas intervir na história. E o faz, como já disse antes, remetendo à esfera pública as reflexões e impressões urgidas na grafia íntima e privada do diário. Como se à ficção coubesse um papel fundamental no ato de testemunhar a violência política da República: ao dizer e representar a barbárie, barrar o esquecimento que, ironicamente, é imposto pela própria história.

### Ficção e solidariedade

Das muitas possibilidades de leitura a que se oferecem as páginas de Lima Barreto, certamente a da pertinência da memória tem sido uma das mais exploradas pelos seus leitores e críticos. Na tensão temporal presente em boa parte de sua obra, a recorrência à memória é expressão de um desencanto com o presente, mas também com o passado, saturado pelos excessos da história. Mas de que história? Certamente aquela oficial e monumental, política e politizada, que aspira a desvendar, cientificamente, o passado e a identidade do Brasil, sua origem primeira e irredutível. E que neste processo de edificação de um tempo pretérito contribui à legitimação de uma “memória dos vencedores” ao excluir e silenciar, condenando ao esquecimento, os “vencidos”, portadores de identidades contrárias àquela forjada no interior do projeto modernizador republicano.

A crítica de Lima a este projeto modernizador, no entanto, não é movida apenas pela nostalgia de um passado perdido e irrecuperável,

<sup>19</sup> BARRETO, Lima, *op cit.*, p. 1223-24.

<sup>20</sup> Ver FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 285-314.

<sup>21</sup> Sobre o tema do “bovarismo” em Lima Barrato, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Da cidade maravilhosa ao país das maravilhas: Lima Barreto e o “caráter nacional”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dez. 1997.

<sup>22</sup> Ver BARBOSA, Francisco de Assis Barbosa. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 147-177.

<sup>23</sup> Ver BARRETO, Lima. Recordações do escrívão Isaiás Caminha, *op. cit.*, p. 115-117, e PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro/Brasília: Cátedra/ INL, 1976, p. 17-32.

como pode parecer a uma primeira leitura de seus escritos, onde abundam referências à vida dos subúrbios cariocas e seu modo de vida simples e solidário, em contraposição ao burburinho urbano e cosmopolita da “cidade”. Seu exame é, antes e principalmente, uma tentativa de denunciar no mundo moderno a ausência de laços éticos e solidários, ausência que permite e justifica a exclusão e a violência em seus diferentes matizes. A crítica à modernidade, portanto, não é apenas uma tentativa de um retorno imaginário a um passado idílico. Ela é uma crítica do presente e de uma República que se consolida negando seus princípios fundamentais, impondo a ordem a muitos em nome do progresso de poucos; ela é, nomeadamente, uma crítica do poder.

Poder que aparece na ficção limiana em sua forma plural e relacional. Em Lima, não se trata de uma crítica ao Estado, simplesmente, mas de um desmascaramento dos processos de legitimação de uma modernidade em cujo interior persistem o conservadorismo e a tradição política autoritária, excludente e ostentatória, que a República, mais que herdar do regime imperial, em certa medida acentuou. Daí a visada crítica do escritor para aqueles personagens e instituições que considera baluartes do novo regime: a ciência, a imprensa, o falso cosmopolitismo, os bacharéis; além, claro, do bovarismo de que acusa a inteligência e a elite brasileiras, sempre a mirarem-se em um espelho cujos reflexos revelam imagens distorcidas — e sempre megalomaniacas — de si e do mundo<sup>21</sup>. São eles que justificam e legitimam a intolerância e o racismo, bem como o tratamento opressivo e repressivo aos hábitos e tradições populares, que o escritor testemunhou e lamentou não apenas em seus romances, mas também em suas crônicas, publicadas em sua maioria na imprensa militante e “nanica”, e em vários de seus contos, como “O único assassinato de Cazuza”, “À sombra do Romariz” ou “Um pecado”, entre outros.

Ficção de estréia de Lima Barreto, *Recordações do escrívão Isaiás Caminha* começou a ser redigido mais ou menos à época em que explodem, nas ruas centrais da capital, a Revolta da Vacina — provavelmente nos primeiros meses de 1905, segundo seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa. Os primeiros capítulos apareceriam em forma de folhetim na *Floreal*, revista editada por Lima em 1907 e de vida efêmera. Publicado em 1909 por uma editora portuguesa, o livro teve uma carreira tumultuada: a sinceridade com que expôs ao ridículo alguns dos figurões da imprensa e do círculo intelectual carioca, foi decisiva para condenar o romance e seu autor ao limbo, vítimas de um silêncio que era, e o próprio Lima o sabia, fruto de uma marginalização arquitetada nas redações dos jornais pelas personalidades que ele havia tão jocosamente retratado em seu romance.<sup>22</sup>

Como praticamente toda a sua obra literária, também a narrativa de *Recordações...* é transpassada de lances confessionais. Mas, nem por isso, ela se resume a uma obra autobiográfica ou, como muitos julgaram à época, à vingança mesquinha de um ressentido. Trata-se, primeiro, de uma escolha estética que é também política: ao recusar a *obra d'arte*, as regras formais e estilísticas da Garnier ou da Academia, Lima pretende construir uma obra capaz de desnudar ao leitor, de forma direta e livre, as contradições sociais e os conflitos individuais do narrador, um e outro se imbricando<sup>23</sup>. Mas não é só. A esse primeiro projeto, acrescenta-se outro. Nas *Recordações...*, trata-se igualmente de recriar, no universo romanesco, uma certa realidade de maneira a conferir ela, por meio da narrativa literária,



uma estatura e um significado que só são possíveis no interior desta temporalidade outra, a ficcional, onde a sobreposição entre real e imaginação permite o delinear de uma aproximação irreduzível em se tratando da ficção limiana: aquela entre o narrador e os silenciados e humilhados, colocados à margem da história.

Daí a importância dos diários, de onde o escritor recolhe o material que, recomposto, reorganizado, enfim, ressignificado, aparece metamorfoseado em uma outra linguagem, romanesca e ficcional. Exemplo desta retomada é a passagem, no romance de 1909, do episódio da Revolta da Vacina de 1904, desta vez metaforizado em uma revolta contra a obrigatoriedade do uso dos sapatos. Passagem situada na fronteira entre a história e a literatura, entre a ficção e a realidade; fronteira tênue e que tende mesmo a confundir, propositadamente, uma e outra, na recorrência à metáfora como instrumento capaz de construir, pelo trabalho da linguagem, a sensação de efetividade do acontecimento narrado.<sup>24</sup>

O episódio é conhecido dos leitores do romance. Ele aparece primeiro no capítulo 10, já apresentada como um “motim”. Segundo Isaías, “Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal (...) determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados”<sup>25</sup>. De acordo com o narrador, o tal projeto era parte de um plano dos governos municipal e federal de elevar o padrão de higiene da cidade, mas pretendia também encobrir, pela força da lei, os resquícios do atraso, de uma sociedade ainda calcada em costumes pouco “civilizados”, herança mesmo da escravidão, tais como os de andar descalços pelas ruas do Rio de Janeiro. A forma autoritária com que a lei foi imposta potencializa a revolta e gera o medo: circulam boatos de que o governo pretendia operar, à força, os homens e mulheres de pés grandes, “como os chinas”<sup>26</sup>. A “revolta dos sapatos” por fim eclode e a descrição que Lima faz dela em tudo remete a outra revolta, a da vacina: “A fisionomia das ruas era de expectativa. (...) Tínhamos deixado a estação do Mangue, quando de todos os lados (...) partiram gritos: Vira! Vira! Salta! Queima! Queima! (...) Pelo caminho, a mesma atmosfera de terror e expectativa. (...) Era o motim”. Na trama tecida por Lima Barreto, *fictum* e *factum* se fundem em lances a um só tempo épicos e trágicos. E por ser também ficção, e ficção sensível e solidária, a face da revolta é ainda mais humana que aquela do diário:

*Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira dos garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante; havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância.*<sup>27</sup>

E adiante: “O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, mas não se liga. O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. São independentes; não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessura, forma-se um grupo (...) de pessoas diferentes de profissão, inteligência e moralidade”.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> Ver HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998, p. 193-202.

<sup>25</sup> BARRETO, Lima. Recordações do escrivo Isaías Caminha, *op. cit.*, p. 209.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 233.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 235.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*.



<sup>29</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*, *op. cit.*, p. 1225.

<sup>30</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo III). Campinas: Papirus, 1997, p. 317-327.

<sup>31</sup> RICOEUR, Paul, *op. cit.*, p. 331.

<sup>32</sup> BARRETO, Lima. *O momento*, *op. cit.*, p. 892.

A revolta da literatura termina como a da história: as forças do Estado sufocam o motim e, às custas de coação e violência, restabelecem a ordem. Comentando os desdobramentos da Revolta da Vacina, Lima Barreto anotara em seu diário: “Os oficiais do Exército do Brasil dividem com Deus a onisciência e com o Papa a infalibilidade”<sup>29</sup>. A ninguém causaria estranheza se o comentário tivesse saído da pena de Isaías Caminha a respeito da “revolta dos sapatos”. Quem o lê, sabe: Lima Barreto não era escritor de fazer concessões a finais felizes.

Em páginas que estão entre as mais pungentes de sua famosa trilogia, Paul Ricoeur remete ao poder da ficção de provocar uma “ilusão de presença (...) controlada pelo distanciamento crítico”. Para o filósofo francês, este poder, mais que agradar ou distrair o leitor, faz da literatura corolário das tragédias modernas, instaurando no seio do tempo presente a inquietação e o desassossego frente à barbárie. “A ficção”, diz, “dá olhos ao narrador horrorizado. Olhos para ver e olhos para chorar”<sup>30</sup>. E é bem este mal-estar frente ao horror o ponto nodal da obra de Lima que, ao representar a violência e o massacre de uma revolta, a dos sapatos, mira o autoritarismo do Estado contra outra revolta, a da vacina, num movimento que pretende, pela ficção, fazer ver o que foi ocultado pela própria história. A uma memória oficial e histórica, erigidas para serem a celebração e a legitimação de um passado em que se cristaliza a vontade dos dominadores, Lima opõe uma memória subterrânea, urgida no cerne de uma sensibilidade a um só tempo revoltada e vigilante. E ao transformar esta memória em matéria narrativa, construção literária e ficcional, ele faz do discurso ação, e da escrita uma prática capaz de desentranhar do esquecimento o que não poderia ter sido esquecido. Nas palavras de Ricoeur, o “quase-passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis ocultos no passado efetivo”<sup>31</sup>.

Em artigo publicado pouco mais de uma década depois da Revolta da Vacina, o escritor manifesta de forma contundente sua conhecida ojeriza ao regime republicano: “Sempre fui contra a República. (...) Sem ser monarquista, não amo a república”. Entre o tom crítico e o testemunho melancólico, Lima acusa o regime de ter dissolvido o “sentimento de solidariedade entre os homens”. E sentencia: “Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão”<sup>32</sup>. Se este desgosto é, em parte, alimentado por uma trajetória de vida marcada pela frustração, pelos sonhos nunca realizados, por um cotidiano doméstico difícil e sofrido — a constante falta de dinheiro, o pai delirante —, que impelem o escritor ao alcoolismo e, também ele, às crises de loucura e insanidade, de culpa e autopunição, seria certamente um equívoco não levar em conta, na construção de seu projeto literário, as razões políticas e históricas deste ressentimento. A Revolta da Vacina (ou a dos sapatos? Tanto faz) e seus desdobramentos é, aqui, um caso exemplar deste imbricamento entre história pessoal e coletiva e do quanto a tensão entre elas é basilar na obra limiana.

Neste equilíbrio frágil, porque tenso, parece-me no entanto que prevalece um sentimento de solidariedade que se espraia, que foge à esfera íntima e privada, indo encontrar o espaço público, onde se realiza. E este encontro, arriscaria dizer, é condição fundamental à sua realização, que não é outra coisa senão a superação de uma escrita que, se permanecesse confinada ao diário, não seria mais que uma contemplação estetizante, e

talvez mesmo banalizadora, da violência. Assim, a política de exclusão e mesmo de aniquilamento daqueles que insistem em revoltar-se e resistir à norma consolidam, na visão de Lima Barreto, a face autoritária da República, que se torna tão ou mais bárbara que a barbárie que pretendia combater e eliminar.

Mas a violência republicana é também o fim de um sonho de futuro de uma geração condenada a amargar o fel do desencanto, do desmoronar dos projetos e utopias de liberdades possíveis. Sensível, Lima Barreto sabia que ele era, no presente, o futuro de um passado que clamava para ser redimido: os mortos não estavam em segurança, porque o inimigo não cessara ainda de vencer<sup>33</sup>. A literatura representaria, então, uma possibilidade de, ao atualizar o passado, buscar nele não os sinais de um progresso intrínseco à história, mas o seu avesso, salvando do esquecimento aquilo sobre o que a memória do vencedor, tornada coletiva, silencia. E é um outro personagem seu, Gonzaga de Sá, quem melhor sintetiza essa leitura a contrapelo do passado: “levamos a procurar as causas da civilização para reverenciá-las como se fossem deuses... Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado a felicidade!”<sup>34</sup>.



*Artigo recebido em maio de 2005. Aprovado em novembro de 2005.*



<sup>33</sup> Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política*. V. III. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 224-225.

<sup>34</sup> BARRETO, Lima. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá, *op. cit.*, p. 611.